

**UMA CATEGORIA COM SENTIDO LATENTE: a noção de povo nos estudos de folclore no Brasil e a visão (crítica) de Florestan Fernandes**

***A CATEGORY WITH LATENT MEANING: the notion of “folk” in brazilian folklore Studies and Florestan Fernandes’s (critical) perspective***

---

Wilson Rogério Penteado Júnior\*

**Resumo**

Como se sabe, o sociólogo Florestan Fernandes teve importante participação no campo dos estudos de folclore no Brasil a partir dos fecundos debates que estabeleceu com intelectuais inseridos naquele campo de produção do conhecimento. Dentre os vários aspectos estudados de sua obra, no que se refere à sua relação com a temática do folclore, a noção de povo, tal como tratada e problematizada por esse autor, não mereceu a devida atenção de estudiosos. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo circunstanciar e problematizar como a categoria povo é acionada por esse autor no debate que estabeleceu com os folcloristas. Para tanto, toma-se como material de análise a antologia publicada por ele em 1978, intitulada “O Folclore em Questão”, que reúne textos de sua autoria veiculados na imprensa escrita entre 1944 e 1962. Como resultado, constata-se que Florestan Fernandes criticava certa concepção de povo que condenava setores da sociedade à inércia cultural e histórica, supostamente marcados por “sobrevivências culturais” e arcaísmos. Em contraste, povo para Fernandes assume no debate um sentido abrangente, não restrito a um único estrato social, e sim equivalendo a uma sociedade em sua extensão, onde os elementos tidos como folclóricos circulam pelas camadas dessa sociedade de modo dinâmico e inventivo. Dessarte, conclui-se que as críticas que Florestan Fernandes empreendeu sobre a pretensa formação de um campo autônomo dos estudos de folclore, envolvendo questões de método e objeto, perpassaram também pela concepção inventiva de “povo” colocada sob tensão naquele debate. Ademais, conclui-se que tal concepção de povo forjada por Fernandes nos ajuda a melhor compreender sua disposição em defender o folclore como uma disciplina humanística.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes. Estudos de Folclore. Folclore brasileiro. Povo.

**Abstract**

As is well known, the sociologist Florestan Fernandes played an important role in the field of folklore studies in Brazil, particularly through the fruitful debates he established with intellectuals engaged in that area of knowledge production. Among the various aspects of his work that have been studied, his approach to the concept of “folk” in relation to folklore has not received due attention from scholars. In this regard, the present article aims to contextualize and critically examine how the category of “folk” is mobilized by Fernandes in the debate he held with folklorists. To this end, the article analyzes the anthology published by Fernandes in 1978, entitled *O Folclore em Questão* (“Folklore in Question”), which compiles texts he published in the written press between 1944 and 1962. The analysis reveals that Fernandes criticized a certain conception of “folk” that condemned specific sectors of society to cultural and historical inertia, supposedly marked by “cultural survivals” and archaisms. In contrast, for Fernandes, “folk” in this debate assumes a broader meaning, not limited to a single social stratum but rather encompassing society as a whole, within which folkloric elements circulate across its layers in a dynamic and inventive manner. Thus, the article concludes that Fernandes’s critique of the supposed formation of an autonomous field of folklore studies—which involved questions of method and object—also touched upon his inventive conception of “folk,” which was placed under tension in that debate. Furthermore, it is argued that this conception of “folk” developed by Fernandes contributes to a deeper understanding of his commitment to defending folklore as a humanistic discipline.

**Keywords:** Florestan Fernandes. Folklore Studies. Brazilian Folklore. Folk.

---

\* Doutor em antropologia social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: [penteadowjr@ufrb.edu.br](mailto:penteadowjr@ufrb.edu.br)

## Introdução

Mas, pense-se o que se quiser, uma maior preocupação pelo folclore brasileiro e pelos estudos folclóricos em geral sempre esteve (...) desde os fins do [século XIX ...] e em particular, com a efervescência provocada pelo movimento modernista (...) na raiz da busca de uma identificação mais profunda e mesmo de uma certa comunhão da intelligentsia brasileira com o “saber popular” e com os estratos ao mesmo tempo mais humildes e mais conspícuos do Povo (Fernandes, 1978, p. 3).

A passagem que aqui se apresenta como epígrafe é parte do parágrafo que encerra a “Nota explicativa” escrita por Florestan Fernandes para o seu antológico “O folclore em questão”, livro publicado originalmente em 1978 e que reúne a maioria dos textos do autor voltados à temática do folclore entre as décadas de 1940 e 1960. No fragmento, Fernandes toca em um elemento essencial, ou espécie de base fundamental, dos estudos de folclore: uma pretensa busca pelo conhecimento da cultura do “povo”. Não à toa o autor finalizava a referida nota explicativa de seu livro com tal observação. Ele compreendia a centralidade dessa categoria no empreendimento folclorístico e a partir dela teceu suas reflexões críticas que espelham, em boa medida, a projeção entusiasmada, “endopática”, que “sempre cimentou o [seu] interesse pessoal pelo estudo do folclore” (Fernandes, 1978, p. 3).

Embora o autor tenha reconhecido que o folclore constituiu uma área de aprendizagem e “um setor marginal em [seus] centros de preocupações” (Fernandes, 1978, p. 1), o fato é que o conjunto de estudos que produziu nessa seara e os posicionamentos que assumiu marcaram um capítulo importante na história do pensamento social brasileiro. Como bem observa Oswaldo Xidieh, o trato de Florestan Fernandes com os estudos do folclore “foi rápido, de passagem, mas absolutamente significativo e fecundo” (Xidieh, 1987, p. 95). Especificamente, sua contribuição foi decisiva, pois “realizou um levantamento e um reexame das posições pré-teóricas, teóricas e das contribuições empíricas dos folcloristas brasileiros, deixando clara sua nova fórmula: os estudos científicos do folclore por uma perspectiva sociológica” (Mazza, 2015, p. 12).

Florestan Fernandes iniciou seus estudos sobre o folclore nos primeiros anos da década de 1940. Em 1941, ainda em seu primeiro ano como estudante de Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi-lhe solicitado um trabalho sobre “O folclore em São Paulo”, a ser apresentado à cadeira de Sociologia I, conduzida pelo professor Roger Bastide. Foi então que se dedicou à pesquisa de campo, beneficiando-se de seu conhecimento dos bairros populares paulistanos, dada sua origem modesta, para coletar dados a respeito das “trocinhas”, que consistiam em grupos formados por crianças que se reuniam

para brincar. Tais brincadeiras infantis foram detidamente observadas e analisadas por Fernandes, resultando em um trabalho de contribuição “ao mesmo tempo, (...) à sociologia e ao folclore” (Fernandes, 2004, p. 231).

A temática o acompanhou nos anos subsequentes, cujas investigações tinham como mote abordar aspectos do folclore brasileiro – e paulistano, em especial<sup>1</sup> – inserindo-os em uma abordagem sociológica de análise. Isso se constituiu, conforme nos lembra Sylvia Garcia (2001), em contraposição direta ao folclore como campo autônomo de estudos, de modo que Florestan Fernandes passou a travar uma longa discussão com os folcloristas ancorado em “sua adesão a uma sociologia científica, baseada na sistematicidade dos procedimentos de observação e na abrangência das explicações.” (Garcia, 2001, p. 143). Sobre isso, vale destacar o que disse o próprio Fernandes em artigo que escreveu em 1946<sup>2</sup>:

O folclore permanece até hoje [1946] numa posição incômoda, a cavalo entre a ciência e a arte. Isso por causa de seu próprio objeto. O mesmo nome folclore serve para designar os elementos da tradição oral, da arte popular, e o seu estudo propriamente dito. E tanto é folclorista quem se dedica ao estudo científico do folclore como quem se lhe dá por diletantismo (Fernandes, 1978, p. 162).

Com isso, do lugar de onde argumentava, isto é, da seara da sociologia, “Florestan defini[u] padrão e nível irreversíveis de trabalho científico” (Xidieh, 1987, p. 96), inclusive no debate travado com os estudos de folclore. Tal circunstância, em certa medida, o notabilizou de modo a ser “tomado quase sempre como ‘herói fundador’ das ciências sociais acadêmicas no país” (Vilhena, 1997, p. 58).

Ao longo de sua obra, Florestan Fernandes concebeu o termo folclore distinguindo-o de duas formas: como realidade objetiva e “como ponto de vista especial, que permite observar e descrever essa realidade” (Fernandes, 1978, p. 71). Foi, pois, tomando o folclore como “realidade objetiva” que o nosso autor iniciou sua incursão aos estudos de folclore, tendo como objeto de pesquisa a “cultura dos grupos infantis” e que deu origem ao seu “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis”, publicado em 1947 na Revista do Arquivo Municipal, de São Paulo. Não obstante, no mesmo

---

<sup>1</sup> Importante observar que Florestan Fernandes, embora tenha devotado ao longo daqueles anos atenção ao folclore brasileiro e, em especial, ao paulistano, demonstrava acurado conhecimento e interesse pelo folclore estrangeiro. Em sua biblioteca particular, que desde 1996 está organizada na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (SP), compondo o Fundo Florestan Fernandes, é possível constatar considerável quantidade de livros estrangeiros voltados à temática do folclore, tanto o folclore de países europeus como da América Latina.

<sup>2</sup> Mário de Andrade e o folclore brasileiro (Fernandes, 1978, p. 147-168).

período, desenvolvia seus primeiros textos analisando as características, potencialidades e limites do folclore como ponto de vista especial, isto é, enquanto pretensão campo de estudos. Neste tocante, Florestan não evitou tecer severas críticas a algumas pretensões de intelectuais que arrogavam para si o status de folclorista. Defendendo a cientificidade de sua disciplina – a sociologia – esse autor desenhava as impossibilidades de o folclore se tornar uma “disciplina científica autônoma” (Penteado Jr., 2020, p. 62). Tal aspecto de sua atuação intelectual se tornou evidenciado na história das ciências sociais no Brasil. Basta se acessar as dissertações e teses que, de um modo ou de outro, tocam nessa relação entre ciências sociais e folclore<sup>3</sup> para se constatar que são unânimes em apontar Florestan Fernandes como figura central nesse debate fronteiriço.

Contudo, parece ser importante não se pensar essa relação entre ciências sociais e folclore apenas em termos de conflitos de interesses e perspectivas, mas também de intersecções.

Os antropólogos Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Luís Rodolfo da Paixão Vilhena, em um artigo publicado no início da década de 1990, fizeram importante provocação ao analisar aspectos da relação fronteiriça que marcou as ciências sociais e os estudos de folclore no Brasil: a de se lançar um olhar cuidadoso sobre esse capítulo da história da intelectualidade brasileira e sobre os materiais folclóricos. Em seus dizeres, “Uma leitura cuidadosa das posições de Florestan Fernandes, sem dúvida o sociólogo que mais se preocupou em discutir a posição do folclore no quadro das ciências sociais, nos revela as questões em jogo nesse debate” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 81). Sobretudo porque a noção de “folclore”, assim como a de “cultura popular” e demais categorias correlatas, compondo uma tradição de estudos, são construídas historicamente e de acordo com diferentes paradigmas conceituais, cujos significados variam ao longo do tempo (Cavalcanti, 2020, p. 1).

Ao examinar detidamente seus escritos, impressiona a minúcia com que Florestan Fernandes discute o folclore como área de estudos, analisando rigorosamente os trabalhos de folcloristas antecessores ao seu tempo e contemporâneos a ele. Nesse sentido, sua obra permanece importante manancial empírico, capaz de iluminar questões sobre aspectos que marcaram o folclore como campo do conhecimento e sobre aspectos da própria constituição do campo das ciências sociais no Brasil e do pensamento social brasileiro.

---

<sup>3</sup> Ver, como alguns exemplos, os trabalhos de Rapchan (2000, p. 128-135); Silva (2008, p. 110-113); Cunha (2011, p. 26-37); Ramos (2014, p. 47-60).

Além do supramencionado artigo de Cavalcanti e Vilhena (1990), alguns outros, publicados anteriormente ou posteriormente a ele, se lançaram a investigar aspectos da obra de Florestan Fernandes e a temática do folclore, como José César Gnaccarini (1987), Oswaldo Elias Xidieh (1987), Sylvia Garcia (2001), Débora Mazza (2015) e Wilson Penteado Jr. (2020)<sup>4</sup>.

Apesar da marcante atuação e significativa produção de Florestan Fernandes no diálogo com os estudos de folclore, pode-se considerar ainda diminuta a produção de artigos voltados a esse aspecto do conjunto de sua obra, ficando muitas questões a serem refletidas.

O debate envolvendo os estudos de folclore no Brasil evoca uma gama complexa de noções para análise e reflexão. E é nesse ensejo que o presente artigo se anuncia e busca se somar às contribuições das autoras e dos autores referidos acima, tendo como objetivo recuperar a noção de povo na obra de Florestan Fernandes, na interface com os estudos de folclore no Brasil. Mais especificamente, trata-se de refletir sobre como tal noção é forjada pelo autor no conjunto de textos que publicou entre 1944 e 1962 e que redundou na antologia “O folclore em questão” (1978).

Curiosamente, em geral, os estudos que buscaram recuperar a trajetória – e sinuosidades – do campo dos estudos de folclore no Brasil e, em particular, sua relação com o campo das ciências sociais, incluindo aí o legado da obra de Florestan Fernandes, não devotaram detida atenção aos modos como a noção de povo é trabalhada por esse autor, quando em diálogo com o folclore<sup>5</sup>. Nesse sentido, interessa aqui compreender como o sociólogo paulista se insere nesse debate e como a ideia inventiva de “povo” foi operada, dinamizada e debatida por ele nesse contexto. Isto é, como Florestan Fernandes aciona a noção de povo nesse debate? Veremos que a concepção de povo sustentada por ele se contrapunha a certos “juízos de valor” mantidos no campo dos estudos de folclore da época que, numa orientação de cunho evolucionista, condenavam certos setores da sociedade à inércia cultural e histórica, pretensamente marcados por “sobrevivências culturais” e arcaísmos. Nesse debate, povo para Fernandes assume um sentido abrangente, não restrito a um único estrato social, e sim equivalendo a uma sociedade em sua extensão, onde os elementos tidos como folclóricos circulam pelas camadas dessa sociedade de modo dinâmico e inventivo.

---

<sup>4</sup> No formato de dissertação de mestrado, registra-se o trabalho de Rebeca Carolina da Silva Bandeira (2020).

<sup>5</sup> Uma ressalva deve ser feita ao estudo de Luís Rodolfo Vilhena (1997), conforme veremos ao longo deste artigo. Esse autor, ao recuperar o debate entre os campos do folclore e das ciências sociais no Brasil, chega a fazer menção ao modo como Florestan Fernandes rechaçava a ideia de povo equivalente a uma “cultura estacionária”, em favor de uma concepção “dialética do desenvolvimento histórico”.

Sobre o material analisado, cabe observar que os textos que compõem a supramencionada antologia correspondem a estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes, apresentados na forma de ensaios e resenhas, e que foram publicados em diversos periódicos. Dentre as revistas, destacam-se a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, a Revista Anhembi e a Revista Brasileira. Nos jornais, publicou, principalmente, em O Estado de São Paulo, além de outros de notável circulação à época, como Jornal de São Paulo, Folha da Manhã e Correio Paulistano. No presente artigo, considera-se como referência para efeito de análise e citações a primeira edição da antologia “O folclore em questão”, publicada em 1978<sup>6</sup>. A antologia conta com mais de vinte artigos publicados pelo autor e que aparecem organizados em três partes: A primeira parte é intitulada “O Folclore – antiga e novas perspectivas”, a segunda “Tendências dos estudos folclóricos em São Paulo”, e a terceira parte “O Folclore em resenha”. Os textos dispostos nessas partes não seguem a ordem cronológica de publicação original e foram reunidos em função das temáticas levantadas. Assim, na análise bibliográfica empreendida neste artigo, procedeu-se a uma leitura que fosse capaz de apreender tanto o sentido da totalidade dos textos reunidos na antologia quanto uma leitura que fosse capaz de atentar às especificidades de cada texto, considerando a data de publicação e o contexto dos debates no qual estava inserido.

Além desta introdução, o presente artigo busca contextualizar, para os propósitos aqui pretendidos, o lugar de crítico do folclore que Florestan Fernandes exerceu e, em seguida, aludir sobre como a noção de povo é acionada por ele na interlocução com os estudos de folclore para, enfim, tecer algumas considerações à guisa de conclusão.

### **Florestan Fernandes, um crítico do folclore**

Antes de tecermos considerações sobre a disposição central que sustenta este artigo, isto é, refletir sobre as concepções assumidas por Florestan Fernandes em torno da categoria “povo”, mostra-se oportuno contextualizar, ainda que de modo sumário, seu posicionamento crítico<sup>7</sup> no diálogo com os estudos de folclore.

---

<sup>6</sup> Uma segunda edição foi publicada em 1989 pela mesma editora que publicou a primeira, a Hucitec.

<sup>7</sup> Posicionamento crítico aqui entendido como o exercício de análise rigorosa, sistemática e cuidadosa que Florestan Fernandes desenvolveu junto aos estudos de folclore.

Oswaldo Elias Xidieh (1987), um intelectual contemporâneo de Florestan e que transitava entre a sociologia e os estudos de folclore, teceu o seguinte comentário, em tom de depoimento:

Do trabalho de Florestan, o que dizer? Na verdade, corre-se o risco de repetir o que está consignado nas capas e contracapas dos seus livros: que ele salienta a natureza social do folclore, examina as conexões do folclore com o comportamento social humano, põe em relevo as funções sociais das práticas folclóricas e sua contribuição para a formação da personalidade e para a continuidade social, considera como, perante a mudança social, as práticas folclóricas se modificam e desaparecem, balanceia as conexões de sentido e estruturais do folclore, visa a estabilidade e a mudança das sociedades humanas... etc. (Xidieh, 1987, p. 93).

Cavalcanti e Vilhena (1990) observaram com acerto que “(...) Fernandes (...) explicitamente não se declarava em polêmica com ‘o folclore’ ou ‘folcloristas’, mas com uma certa concepção que tomava a prática do folclore como ‘científica’” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 82). Isto é, tratava-se de um conjunto de questionamentos levantados pelo autor sobre a própria natureza do campo dos estudos de folclore, o que não implicava em um desprezo ou negação das potencialidades do folclore como vetor de conhecimento. Muito ao contrário, Florestan Fernandes se ocupou nas suas críticas em tecer contribuições para que o campo do folclore fosse conduzido com o devido rigor acadêmico, dentro dos parâmetros que entendia como os mais adequados.

O conjunto de textos escritos por ele evidencia que o autor, longe de ser contrário ao campo dos estudos do folclore, se incomodava com o que não era feito para sagrar o folclore como campo legítimo e bem elaborado de produção de conhecimento. Apontava, por exemplo, ainda em meados de 1940, a inadequação dos “cursos de folclore” oferecidos pelas faculdades de filosofia “que deviam incluir o folclore no curso de ciências sociais [...], mas] deram atenção ao folclore de uma forma pouco adequada [...] pois os irregulares e breves ‘cursos’ de folclore [eram ....] ministrados por pessoas interessadas mais diretamente pela sociologia [e] pela antropologia” (Fernandes, 1978, p. 219), ambiente do qual, na visão do autor, não partiriam “estímulos sérios para o estudo do folclore brasileiro (...), surg[indo] acidentalmente algumas contribuições parciais” (ibidem). Por outro lado, observava, em tom ácido, que “As instituições que visa[vam] o agrupamento de folcloristas [...] apenas [teriam] existência formal, [servindo], em geral, para aumentar o número de títulos de certas pessoas respeitáveis (...)” (Fernandes, 1978, p. 219).

Florestan Fernandes não apenas investiu farta atenção aos estudos de folclore, mas também alimentou certa expectativa ao desenvolvimento desse campo, ainda que nos moldes

por ele idealizados. Desse modo, as críticas que desenvolvia iam muito mais no sentido de contribuir para o fortalecimento daquele campo de estudos do que, necessariamente, desautorizá-lo. A preocupação do autor expressa em seus textos em relação à necessidade de criação de cursos apropriados de folclore, bem como de treinamento àqueles que se colocavam à tarefa de estudar o folclore como realidade objetiva, e a importância que conferiu a materiais folclóricos coletados por diversos estudiosos, são evidências disso. Por exemplo, ao analisar em forma de resenha, em 1962<sup>8</sup>, um livro de “farto material folclórico” – nos dizeres do próprio Fernandes –, intitulado *Brincando de Roda*, de autoria de Iris Costa Novaes, nosso autor se posicionava favorável ao teor do livro e entendia como importante a coleta de dados folclóricos. Ele argumentava que era preciso valorizar coleções mesmo sem intuítos maiores que o do registro e a compilação de dados, posto que “o nosso folclore se está empobrecendo e desaparecendo, sem deixar rastros” (Fernandes, 1978, p. 203). Nesse sentido, cumpriria a tarefa, nos dizia ele, de “multiplicar os esforços do tipo do que foi empreendido [... na referida] obra, para criar-se uma base sólida para investigações mais ambiciosas do folclore brasileiro”, sem abrir mão, evidentemente de um “trabalho feito com método, seriedade e objetividade” (Fernandes, 1978, p. 203).

A seriedade com que Florestan Fernandes conduziu suas críticas no âmbito dos estudos de folclore conferiu-lhe prestigiosa reputação entre os estudiosos inseridos nesse campo. Muitos deles, ao publicarem seus estudos em forma de livro, tratavam de encaminhar um exemplar para o conhecimento do sociólogo paulista. Renato Almeida, por exemplo, um dos intelectuais mais destacados dentre os folcloristas, e que ajudou a fundar a Comissão Nacional de Folclore (1947), escreveu a próprio punho os seguintes dizeres, estampados numa das folhas iniciais de seu “*Inteligência do Folclore*”, publicado em 1957: “Ao ilustre Professor Florestan Fernandes, homenagem de Renato Almeida / X-IX-57”<sup>9</sup>. De modo semelhante, alguns anos antes, em 1950, o folclorista Veríssimo de Melo (1948) escrevia em um exemplar de seu livro “*Adivinhas*” enviado a Florestan Fernandes: “Para o ilustre professor Florestan Fernandes, com a admiração do confrade e amigo, Veríssimo de Melo. Natal, 15.1.50”<sup>10</sup>. Casos como esses

---

<sup>8</sup> Notemos que esse ano é aquele entendido pelo próprio autor como o que encerra suas análises voltadas ao folclore.

<sup>9</sup> COLESP – Acervo Florestan Fernandes 02.06.01/001.

<sup>10</sup> COLESP – Acervo Florestan Fernandes 02.06.01/27.



abundam nos exemplares existentes na biblioteca particular de Fernandes<sup>11</sup> – concentrando-se em maior volume ao longo da década de 1950 – e evidenciam não somente o prestígio do autor, como o reconhecimento do respeito que ele nutria pelo folclore (enquanto ponto de vista especial), pelos dados folclóricos (enquanto realidade objetiva) e para com os folcloristas, em aceno de consideração pelo que produziam sem, contudo, prescindir de críticas cuidadosamente construídas e, por isso mesmo, contundentes. No início daquela década de 1950, Fernandes já havia se consagrado reconhecido resenhista dos estudos folclóricos. Suas resenhas circulavam em importantes periódicos da época, alcançando tanto o público especializado quanto o público em geral. Esse conjunto de publicações na forma de resenhas revela a leitura atenta de Fernandes e seu domínio de um, digamos, panorama geral dos estudos de folclore vigentes à época em que escrevia tais textos. Ele se constituía crítico privilegiado tanto pela densidade do conteúdo dos textos que escrevia quanto pelo lugar que ocupava –, isto é, um eminente sociólogo da USP interessado no folclore e credenciado em prestigiados veículos de comunicação escrita.

Em alguma medida, podemos pensar que o reconhecimento adquirido por Florestan Fernandes no campo dos estudos do folclore no Brasil esteve à altura do ambicioso projeto que reivindicou para si: o de analisar (em termos críticos) o campo de conhecimento do folclore.

Sua postura sempre foi a de levar muito a sério os estudos de folclore. Em “Os estudos folclóricos em São Paulo”, datado da segunda metade da década de 1950, escrevia:

(...) é óbvio que os futuros desenvolvimentos das ciências sociais no Brasil terão muito que aproveitar das contribuições precursoras dos folcloristas. Isso quer dizer que a discussão crítica do assunto, em vez de conduzir a uma apreciação negativista, permite avaliar, em espírito positivo, o significado e o alcance da obra pioneira dos nossos folcloristas” (Fernandes, 1978, p. 97).

No conjunto de sua obra, o autor aludiu aos pioneiros do folclore no Brasil e analisou, a partir da produção de folcloristas antecessores e contemporâneos a ele, as especificidades do folclore: “folclore musical”, “folclore mágico e religioso”, “folclore caipira”, “contos populares”, “paremiologia (estudo dos provérbios)”, “poesia popular”, “anedotário popular”, “atividades lúdicas folclóricas”, “aspectos ergológicos e tecnológicos do folclore”, dentre outras.

---

<sup>11</sup> O acervo da biblioteca particular de Florestan Fernandes, que se encontra atualmente organizado no Fundo Florestan Fernandes, da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), foi acessado pelo autor deste artigo em duas visitas de trabalho de campo: em maio de 2023 e em fevereiro de 2025. Ambas as visitas ocorreram no âmbito do projeto de pesquisa “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”. Processo CNPq Edital Universal 2021, nº. 420043/2021-7.

Sobre os pioneiros dos estudos de folclore no Brasil, situou Celso de Magalhães (1849-1879), Silvio Romero (1851-1914), Amadeu Amaral (1875-1929), Mário de Andrade (1893-1945) e, dentre esses, dedicou especial atenção a Amadeu Amaral, cujo trabalho classificou como “nobre, paciente, isolado e silencioso” (Fernandes, 1978, p. 114), em artigo intitulado “Amadeu Amaral e o Folclore brasileiro”, de 1948. Lamentava, neste mesmo artigo, o fim logrado pelo pioneiro estudioso do folclore que não teve o prazer de ver reconhecida a sua autoridade de folclorista, posto que “Não contou com seguidores, não formou discípulos e também não saboreou os estímulos causados pelo entusiasmo permanente de um público” (Fernandes, 1978, p. 113), se comparado a Mário de Andrade. Veremos mais adiante que as reflexões críticas que Florestan Fernandes empreendeu sobre as obras de tais autores foram significativas no sentido de contribuir para o modo como forjou sua concepção de povo.

Não obstante todo o empenho de Florestan Fernandes em contribuir com o campo dos estudos de folclore durante o período em que esteve voltado a essa temática, é bom reforçar que foi sempre na condição de sociólogo que o fez. Em seus próprios dizeres, desde 1941 buscava “focalizar o folclore de uma perspectiva sociológica” (Fernandes, 1978, p. 33). Em artigos publicados naqueles anos iniciais, já assumia a posição de que o folclore não poderia ser uma “ciência positiva autônoma”. Esse posicionamento tensionava as pretensões de diversos folcloristas, que ambicionavam o reconhecimento do folclore como disciplina científica autônoma.

Os rumos para a institucionalização dos estudos de folclore no Brasil se deram a partir da criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em 1947. De acordo com Vilhena (1997), já em sua primeira reunião, a referida Comissão propunha-se um ambicioso plano de trabalho envolvendo diversas iniciativas para dinamizar o folclorismo brasileiro, e a atuação de folcloristas ligados a ela pode ser entendida como um “movimento folclórico” no Brasil, que esteve em plena atuação pelo menos entre os anos de 1947 e 1964<sup>12</sup>. Ali, os folcloristas se empenharam enormemente para a institucionalização de sua disciplina enquanto campo legítimo do conhecimento. Acreditava-se que a institucionalização dos estudos de folclore no país seria capaz de fornecer, além de recursos de ordem financeira, a introdução dessa área do conhecimento nos círculos acadêmico-universitários, o que, de fato, não ocorreu (Vilhena, 1997). Em relação a tais pretensões, Florestan Fernandes manteve-se contrário, expondo as

---

<sup>12</sup> Respectivamente, o período inicial de atuação da CNFL e o ano do Golpe Militar de 1964, que propiciou a interrupção dos projetos alentados pelo “movimento” no país.

fragilidades e limites de uma proposta dessa monta, cuja argumentação central se assentava na ausência de um objeto próprio de estudos, visto que os fatos folclóricos poderiam ser estudados por ciências já estabelecidas, como a história, a linguística, a psicologia, a etnologia ou a sociologia.

Na segunda metade da década de 1950, esse debate se expressou de modo mais tenso, cujo clímax se deu na, já conhecida, polêmica entre Florestan Fernandes e Edison Carneiro. Em um texto publicado em forma de resenha na revista *Anhembi*, em 1957, sobre um pequeno livro de Edison Carneiro publicado em 1955, intitulado *Pesquisa de Folclore*, Florestan Fernandes teceu severas críticas, argumentando tratar-se de um escrito cujas indicações nele reunidas poderiam “ser úteis apenas a estudiosos de poucos recursos intelectuais, parecendo fora de dúvida que não possuem suficiente consistência para criar hábitos de pesquisa ‘científica’”. (Fernandes, 1978, p. 215). Em resposta, Edison Carneiro publicou o texto “A Sociologia e as ‘ambições’ do folclore” – primeiramente em comunicação à CNFL, em 1959<sup>13</sup>, e, logo em seguida, na *Revista Brasileira* –, em que acusava abertamente Fernandes de ser o “comandante da nova investida contra o folclore” (Carneiro, 1959, p. 133), lamentando o fato de o sociólogo paulista negar ao folclore “quaisquer títulos para candidatar-se a ciência” (Carneiro, 1959, p. 133)<sup>14</sup>. Na edição subsequente da mesma revista que abrigou esse artigo de Carneiro, Fernandes publicou, naquele mesmo ano de 1959, sua resposta, cujo texto trazia o título “Folclore e Ciências Sociais”<sup>15</sup>.

Se, no entanto, por um lado, Fernandes se posicionou contrário à pretensão do folclore de tornar-se campo autônomo de conhecimento científico<sup>16</sup>, por outro, identificou a possibilidade de ser assumido enquanto um campo de “estudo humanístico (... feito por folcloristas, que reúnem aptidões para analisar o folclore como e enquanto criação intelectual do espírito humano)” (Fernandes, 1978, p. 213).

No supramencionado artigo publicado em 1959, em resposta a Carneiro, Fernandes retomava aspectos de seu próprio percurso junto aos estudos de folclore para reafirmar seus

---

<sup>13</sup> Documentos da CNFL – IBECC, nº. 429, 1959.

<sup>14</sup> Embora Florestan Fernandes fosse o principal alvo a quem Edison Carneiro mirava suas críticas nesse artigo, o texto expunha críticas ao francês Roger Bastide e a seus discípulos, os “sociólogos paulistas”, que, além de Florestan Fernandes, incluíam Lavínia Costa Vilela Raymond e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

<sup>15</sup> Este texto está reproduzido em “O folclore em questão”, ordenado como o primeiro texto, o que abre a antologia (Fernandes, 1978).

<sup>16</sup> Para um aprofundamento das argumentações a respeito da negação do folclore como ciência por Florestan Fernandes, ver Cavalcanti & Vilhena (1990), Vilhena (1997) e Garcia (2001).

posicionamentos, de negação à possibilidade de o folclore constituir-se como ciência autônoma e de proposição para entendê-lo como campo de conhecimento humanístico. Assumia naquele momento sua convicção sobre o folclore como disciplina humanística, comparando aos seus escritos da década de 1940, mais voltados a conferir ao folclore a condição de método<sup>17</sup>.

O amadurecimento de tal elaboração serviu para Fernandes tanto reafirmar sua posição de negação a uma pretensa cientificidade aos estudos de folclore quanto empreender o que, na sua visão, deveria ser a tônica desses estudos (Penteado Jr., 2020), conferindo ao folclore uma singularidade, capaz de oferecer “um campo ideal de investigação”, composto de fenômenos que lançam luz sobre o comportamento humano, “como a natureza dos valores culturais de uma coletividade, [e] as circunstâncias ou condições em que eles se atualizam” (Fernandes, 1978, p. 13).

Dito isso, passemos às considerações sobre como, nesse campo complexo de relações e de aprofundado debate com os estudos de folclore, Florestan Fernandes lida com a categoria povo, pedra angular do empreendimento folclórico.

### **Povo, uma categoria com sentido latente nos estudos de folclore**

O termo povo nos estudos de folclore, embora opere como noção primeva que sustenta o próprio empreendimento folclorístico, parece ter guardado sentido latente; uma categoria acionada de diferentes modos por diversos autores, como se seu sentido já estivesse subentendido por todos. Entre os folcloristas no Brasil, o termo não mereceu preocupação de definição conceitual. Isto é, não configurou reflexões demoradas ou debates acalorados em seus trabalhos. Talvez, isso se deva, em boa medida, ao próprio modo de produção intelectual a que se propunham, cuja preocupação essencial consistia em registrar as “coisas do povo” antes que desaparecessem, bem como certa preocupação obsessiva com uma pretensa identificação das “origens” das manifestações culturais (folclóricas) com que se deparavam.

Isso não significa afirmar, entretanto, que não houvesse discussões aprofundadas, e por vezes acaloradas, sobre determinadas categorias consideradas próprias de seu *metiér*, a exemplo da categoria “fato folclórico”. Seja como for, a categoria povo parece mais ter sido acionada pelos folcloristas brasileiros como um *a priori* necessário à missão a que se propunham: registrar “fielmente, sem enfeitar, sem interpolar, sem modificar” (Almeida, 1971, p. 12), bem

---

<sup>17</sup> Para considerações mais demoradas sobre esse aspecto que marca a diferença de percepção de Florestan Fernandes em relação ao folclore, ver Garcia (2001).

ao tom do que preconizava a carta considerada fundante dos estudos de folclore no mundo<sup>18</sup>. É como se, de modo geral, a noção de povo surgisse como algo dado, sem merecer maiores reflexões ou definição de parâmetros conceituais. A própria “Carta do Folclore Brasileiro”, produzida no âmbito do I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1951, destacava em uma de suas alíneas que “Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo (...)” (Comissão Nacional de Folclore, 1951, p. 1), sem qualquer menção sobre o que se compreendia em torno do termo povo.

Diante disso, um caminho possível para melhor compreender os sentidos empregados a tal noção no campo dos estudos de folclore é analisar os diferentes modos como autores em diferentes contextos e sob diferentes perspectivas a acionaram em seus estudos. Pois, como bem argumentaram Cavalcanti & Vilhena: “(...) uma releitura crítica dos estudos de folclore pode ainda ser proveitosa” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 89).

No debate com os estudos de folclore, podemos afirmar que Florestan Fernandes, desde os anos iniciais de sua trajetória acadêmica, ainda na década de 1940, revelou atenção à categoria povo, que perdurou ao longo dos anos em que esteve envolvido com a temática folclorística.

Cavalcanti & Vilhena (1990) são quem, em uma passagem pontual de artigo, chamam atenção para o fato de que “a incompreensão mais séria presente na leitura marxista que Fernandes faz dos folcloristas é provocada, justamente, pela polissemia da palavra ‘povo’” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 83), no sentido de que os folcloristas estariam atrelando o termo necessariamente ao “camponês inculto”, enquanto para Marx o termo se aproximaria do “moderno proletariado industrial” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 83). Anos depois, Vilhena (1997), ao se pôr a analisar a constituição do campo dos estudos de folclore no Brasil, reservou algumas páginas de seu livro para analisar o posicionamento de Florestan Fernandes frente aos estudos de folclore, ressaltando que: “É do ponto de vista da visão de mundo marxista que ele [Fernandes] elabora sua primeira crítica inicial à pretensão de cientificidade dos estudos de folclore” (Vilhena, 1997, p. 135). Fernandes criticava e rejeitava, pois, uma certa concepção dos folcloristas que entendia a cultura como algo estacionário, caracterizada por

---

<sup>18</sup> Refiro-me à carta, cuja autoria é atribuída a Ambrose Merton – pseudônimo de William John Thoms (1803-1885) – que teria cunhado o termo folk-lore, aparecido pela primeira vez na imprensa em 1846, em uma carta endereçada à revista *The Atheneum*, de Londres, onde os vocábulos da língua inglesa *folk* e *lore* teriam sido unidos, criando o neologismo. Na carta, seu autor enfatizava a importância de se empreender estudos sobre o ‘saber tradicional de um povo’. Na própria carta o termo já aparece como um *a priori* e não conta com qualquer definição prévia.

“sobrevivências” de concepções pré-modernas que estariam no seio das camadas populares das sociedades avançadas (Vilhena, 1997, p. 135).

Essa crítica ganha ares de sistematização em artigos que escreveu em 1944, respectivamente, “A Burguesia, o ‘Progresso’ e o Folclore” e “Mentalidades grupais e folclore”. É, no entanto, em outro artigo escrito no ano seguinte, intitulado “Sobre o Folclore”, que Florestan Fernandes aprofunda suas argumentações críticas, identificando o surgimento dos estudos de folclore como “uma das mais audaciosas aventuras do século XIX” (Fernandes, 1978, p. 38), por aglutinar, a um só tempo, a necessidade da filosofia positiva de Augusto Comte – ao reivindicar uma cientificidade –, a influência do evolucionismo de Darwin e Spencer – ao pressupor estágios evolutivos de grupos humanos – e “uma necessidade histórica da burguesia” (Fernandes, 1978, p. 38.), que fomentava tal empreendimento. Mesmo o romantismo, que inspirava os estudos de folclore, foi criticado por Fernandes sob essa ótica, pois, segundo ele: “o romantismo era consequência, também, de uma mentalidade que caracterizava as sociedades ocidentais européias nos fins do século XVIII [... e] uma forma de ideologia burguesa” (Fernandes, 1978, p. 50). A crítica do autor recaía, no entanto, especialmente à concepção evolucionista, segundo a qual o progresso em uma dada sociedade não se processaria uniformemente, restando, nessa concepção, camadas da população que não participariam desse desenvolvimento, ou apenas o acompanhariam com evidente atraso. Tais camadas corresponderiam, portanto, aos “meios populares”, identificados como “grupos atrasados”, as “classes baixas”, ou a “gente do povo” (Fernandes, 1978, p. 40). A tais “juízos de valor” Fernandes se opunha terminantemente. Para ele,

(...) o folclore nasceu de uma representação do desenvolvimento social e cultural: mas surge em oposição a outra concepção de desenvolvimento dialético, tal como aparece no marxismo, procurando inverter simplesmente a tese sustentada pelos representantes do materialismo histórico. Essa inversão consistiu em admitir que os “meios populares” – na terminologia marxista o *proletariado* – eram incapazes de “progresso, vivendo imobilizados pelo passado e de valores residuais da burguesia, única, aliás, capaz de “progresso”, nessa concepção (Fernandes, 1978, p. 42).

Tais considerações mostram que a resistência de Florestan Fernandes em reconhecer os estudos de folclore como pretensão campo científico autônomo não se referia exclusivamente a um problema de método – levado, em geral, com pouca rigorosidade por alguns, ao ponto de beirar o diletantismo – e objeto próprio – visto que o “fato folclórico”, por ser elemento da vida cultural, poderia ser estudado por campos disciplinares já consolidados à época, como a

sociologia, a etnologia e a etnografia. A crítica perpassava também certa concepção reacionária que fundamentava aquele campo de estudos.

Nesse sentido, tais artigos produzidos naqueles meados da década de 1940 por Florestan Fernandes ganham importância de análise à medida que evidenciam que, desde aqueles anos iniciais de sua carreira, o autor criticava uma concepção de folclore comprometida, ou melhor, limitada a uma noção de povo correspondente a segmentos específicos de uma sociedade, caracterizados como atrasados, ou estagnados<sup>19</sup>. A negação a tal concepção, por sua vez, abria caminhos para que o autor pudesse forjar a sua própria concepção de povo.

Fernandes seguia na direção de compreender o folclore como correspondendo a “todos os elementos culturais que constituem soluções usual e costumeiramente admitidas e esperadas dos membros de uma sociedade (...) transmitidas por meios informais” (Fernandes, 1978, p. 16)<sup>20</sup>. Tal concepção já estava presente na pesquisa pioneira que fizera sobre as trocinhas do Bom Retiro, sob a afirmação de que “os mesmos elementos folclóricos ocorrem indistintamente em ambos os meios ou classes sociais. Os mesmos provérbios, as mesmas ‘superstições’ e as mesmas ‘crendices’, os mesmos contos e as mesmas lendas etc., são igualmente usados por indivíduos do ‘povo’ ou das classes ‘altas’ e ‘cultas’ (...)” (Fernandes, 1978, p. 43), onde “crianças pobres ou ricas brincam de roda ou disputam os mesmos jogos (...); pessoas adultas, sem distinção, empregam formas de explicação geralmente consideradas não racionais (...)” (Fernandes, 1978, p. 44).

Essa experiência de pesquisa, voltada a estudar as brincadeiras de grupos infantis, parece ter sido de grande importância para Florestan Fernandes definir seus posicionamentos críticos em relação àquela concepção de folclore ancorada numa visão estacionária e segregada

---

<sup>19</sup> Sobre isso, parece ser importante se fazer a ponderação a respeito de um aspecto do contexto da época. Conforme apontam Cavalcanti & Vilhena (1990), vários estudiosos do folclore, contemporâneos de Florestan Fernandes, já admitiam que o folclore poderia ser encontrado em diferentes segmentos sociais e “Apenas acredita[va]m eles que, no que chama[va]m de ‘povo’, o folclore se encontraria de forma mais autêntica e pura, mesmo influenciado pela cultura moderna (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 83). Isso nos leva a atentar ao fato de que os folcloristas não configuravam um bloco monolítico e consensual, todos com os mesmos posicionamentos, mas sim uma rede de relações marcada por diferenças internas e dissensos. A esse respeito, cabe a observação de que o próprio designativo de quem era (ou poderia ser) considerado folclorista variava naquele contexto, comportando ressalvas em um jogo que envolvia atribuições e autoatribuições.

<sup>20</sup> Tal concepção, frequente nas investigações sociológicas de temas folclóricos, segundo o próprio autor, transparece nas contribuições de Roger Bastide e seus discípulos, como Lavínia Costa Vilela Raymond, Oswaldo Elias Xidieh e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ver a esse respeito, Fernandes (1978, p. 16). Embora a referida concepção apareça já nos primeiros estudos de Fernandes, foi nos artigos que escreveu ao longo da década de 1950, mais precisamente: “Os estudos folclóricos em São Paulo”, (1956/1957) e “Folclore e Ciências Sociais” (1959) que ela surge mais explícita e pontualmente declarada.

de cultura. Nesse tocante, a experiência de trabalho de campo parecia se impor como importante elemento – talvez, basilar – capaz de conferir rigor aos estudos de folclore. A leitura do conjunto de seus textos voltados à análise do folclore permite constatar que, para Fernandes, um bom trabalho folclorístico deveria ser subsidiado por competente trabalho de campo, sobretudo pela capacidade de desmistificar preconceitos.

Em dois de seus artigos, um escrito em 1944 – “Mentalidades grupais e folclore”, e outro datado de 1945, “Sobre o Folclore” –, após refutar o “esquema puramente evolucionista” de alguns folcloristas, que tomavam como objeto do folclore “o estudo dos elementos culturais praticamente ultrapassados”, no qual “a sociedade seria uma grande dicotomia, em que se poderia distinguir o povo, vivendo dos valores residuais da civilização, de um grupo de indivíduos quase homogêneo e de ‘elite’, com formas de conduta radicalmente diferentes e que muito pouco ou nada participava daqueles valores ‘ultrapassados’” (Fernandes, 1978, p. 41, grifo do autor), Florestan Fernandes colocava a tarefa do trabalho de campo como uma espécie de alento capaz de contribuir com uma visão mais aprimorada sobre o objeto do folclore. Escreve:

Felizmente, o trabalho de campo parece estar abrindo, lentamente, outras perspectivas, pondo de lado essa preocupação inicial de situar o folclore como uma ‘ciência do saber popular’ ou como análise de um novo tipo de pensamento humano, pelo menos no sentido restrito e pouco preciso em que o termo folclore foi empregado (Fernandes, 1978, p, 42).

E arrematava sua crítica observando que a distinção entre “povo” e as outras camadas da sociedade, considerada fundamental para alguns folcloristas, devia-se, sobretudo, ao fato de estes considerarem isoladamente os elementos folclóricos, desligando-os “dos fatores da ambiência social e cultural que os explicam” (Fernandes, 1978, p. 42). Essa concepção de relacionar, incondicionalmente, os elementos entendidos como “folclóricos” ao contexto social que os produz era o que balizava os estudos de sociologia e folclore por sociólogos da USP, sob orientação de Roger Bastide, e serviu de crítica basilar acionada por Florestan Fernandes a muitos estudos de folclore, cujo enfoque recaía sobre o “elemento folclórico” em si, sem considerar o contexto cultural que o produzia.

Florestan Fernandes compreendia, assim, que somente o rigor metodológico marcado por competente e comprometido trabalho de campo poderia dar conta de apreender a complexidade do folclore como um aspecto da vida social (nos seus dizeres, o folclore como “realidade objetiva”) e, com isso, impedir “juízos de valor” cultivados por certos folcloristas



que, numa orientação de cunho evolucionista, condenavam certos setores da sociedade à inércia cultural e histórica.

Interessante observar, em adendo, que se, por um lado, o nosso sociólogo paulista valorizava o trabalho de campo *in loco* (caracterizado pela observação direta de situações sociais e acompanhada de diálogos e outras interações interpessoais, como a escuta atenta), enquanto necessário recurso a conferir seriedade aos estudos de folclore, por outro, também valorizava o aproveitamento de fontes escritas, como relatos e registros de “viajantes, jesuítas, colonos, aventureiros etc.” (Fernandes, 1978, p. 188). Desse modo, ao apontar para a importância da observação direta e interações a partir de situações concretas e a valorização de fontes escritas, o autor apostava no rigor que o pesquisador (fosse ele um estudioso do folclore ou não) deveria ter na lida com suas fontes de pesquisa. A demonstração, ou não, desse rigor metodológico nos estudos de folclore era a tônica que guiava boa parte das resenhas por ele publicadas<sup>21</sup>.

Essa preocupação marcante de Florestan Fernandes em relação ao rigor com o trabalho de campo nos estudos de folclore se coloca importante para análise aqui, pois, em boa medida, na visão do nosso autor, seria ele – o trabalho de campo rigoroso e criterioso – recurso capaz de desmistificar a concepção estanque e preconceituosa de “povo” tão criticável. A análise de situações concretas poderia, então, oferecer uma concepção mais apropriada acerca do elemento folclórico e, conseqüentemente, da noção de povo.

No já citado “Sobre o folclore”, de 1945, Florestan Fernandes, ao se referir às potencialidades de se olhar para o folclore, trazia à baila o termo “patrimônio cultural folclórico” que, no contexto utilizado no artigo, se refere ao conjunto de elementos culturais que um grupo pode comportar, em que coexistem novos e antigos elementos culturais, ao sabor das inevitáveis mudanças ocorridas na vida em sociedade. Embora não tenha contado com maiores considerações no artigo, podemos compreender que esse termo é evocativo da própria concepção adotada pelo autor em relação à categoria povo. Povo, tal como compreendido por Florestan Fernandes, assume um sentido abrangente, não restrito a um único estrato social, e sim equivalendo a uma sociedade em sua extensão ou população. O termo povo corresponderia, nesse sentido, a uma sociedade cujo patrimônio cultural circula por suas várias camadas e que,

---

<sup>21</sup> Nessa linha está, por exemplo, a crítica que faz à antologia de Herbert Baldus, *Lendas dos índios do Brasil*. Após tecer inúmeros elogios sobre outros aspectos da obra, em resenha publicada no *Jornal de São Paulo*, em 1946, observava que aquele autor não tornara explícitos “os critérios que lhe serviram de guia na seleção das lendas [índigenas que compõem o livro]” (Fernandes, 1978, p. 185).

por sua vez, pode apresentar diferentes graus de mentalidade, a depender dos processos de desigualdades nela existentes. Isto é, ao argumentar que diferentes camadas da sociedade podem compartilhar de semelhantes referenciais culturais entendidos como “folclóricos”, Florestan Fernandes não negava a diferença de “mentalidades” entre grupos e classes sociais. A diferença, no entanto, seria, no seu entender, uma diferença de “grau” e não de “natureza”, decorrente, portanto, de modos desiguais de participação na organização social de uma sociedade, e não como uma diferença “inata” de grupos ou classes sociais. Escreve:

A diferença de mentalidade, todavia, não deixa de ser bastante visível quando se analisa o comportamento de membros de classes diferentes e traduz-se a todo momento nas diversas formas de conduta e na interpretação de coisas e de ações. Como uma diferença de grau, resultante das possibilidades desiguais de participar da cultura do povo, e não de natureza, é suscetível de modificar-se, acompanhando o desenvolvimento da sociedade ou as mudanças de situações dos indivíduos ou grupos de indivíduos (Fernandes, 1978, p. 44).

Isto significa dizer que, por tais argumentações, Florestan Fernandes partia do princípio, desde os seus textos iniciais, de que o folclore é dinâmico, assim como a cultura e a sociedade o são.

A argumentação de que qualquer ordem de diferença de mentalidade seria de grau e não de natureza também aparece em uma resenha que publicou no ano de 1946 sobre o livro “Lendas dos índios do Brasil”, de Herbert Baldes, lançado naquele mesmo ano. Elogiando o fato de Baldes não ter reiterado em sua obra “o mais terrível monstro que devora as reservas morais do ‘civilizado’ diante do índio: [isto é,] a sua manifestação típica de etnocentrismo, resumida [na...] palavra *selvagem*” (Fernandes, 1978, p. 184, grifo do autor), nosso autor argumentava que “se existem diferenças entre os ‘civilizados’, que leem as lendas [indígenas] selecionadas [no livro], e os ‘índios brasileiros’, estas devem ser situadas no plano do equipamento cultural e do comportamento que ele origina e não no plano de uma diferença de natureza (...)” (Fernandes, 1978, p. 184).

Em artigo publicado em 1958, intitulado “Objeto e campo do Folclore”, Florestan Fernandes ao aludir ao “fato folclórico” reiterava sua crítica em relação à visão que considerava ainda predominante no campo do folclore naqueles finais da década de 1950: a de que se trataria de sobrevivências culturais. Em resposta contrária a isso, defendia que o folclore (enquanto realidade objetiva) é dinâmico, está em constante reatualização, porque a cultura também é dinâmica. Essa percepção do autor aparece desenvolvida por ele em diversos trabalhos e sob muitos exemplos argumentativos, desde os anos iniciais de dedicação ao tema do folclore. Em

artigo publicado em 1945, intitulado “Entre o romance e o folclore”, por exemplo, é na reflexão sobre a relação entre o gênero literário romance e o folclore que busca endossar a conveniência de se trabalhar o folclore enquanto expressão das condições do tempo presente, constituído de elementos típicos da vida em sociedade, incluindo-se aí os diversos grupos que a constituem e as contradições de classe. Essa concepção abriria, segundo o autor, uma “nova ponte entre a literatura e o folclore porque, então, desaparece[ria] aquela imagem do homem do povo vivendo imobilizado pela tradição e incapaz de progresso, surgindo em seu lugar o ser humano que ele é” (Fernandes, 1978, p. 68), de modo que a centralidade “desloca-se dos fatos folclóricos propriamente ditos para as pessoas que eles caracterizam” (Fernandes, 1978, p. 68). Surgiria, então, segundo Fernandes, o sujeito que interessa à literatura, com base naquilo no que ele pensa, crê, deseja e contra o que se revolta. Com isso, o autor buscava demarcar a relevância da literatura para o folclore e vice-versa. E ainda, com tais argumentações, buscava negar o pressuposto de um sujeito imóvel no tempo e incapaz de progresso. Em suma, o folclore constituiria, para ele, “algo dinâmico e complexo, em constante transformação” (Fernandes, 1978, p. 119), posto que os elementos folclóricos “não existem em si e para si, mas como formas de atuação e como ideais coletivos” (Fernandes, 1978, p. 120), integrados a um contexto sociocultural “que lhe[s] dá forma, significado e função” (Fernandes, 1978, p. 120).

Nos textos escritos por Florestan Fernandes que dialogam com os estudos de folclore, é perceptível como a categoria povo se mostrava um elemento digno de atenção e ressalvas. Era algo talvez, espinhoso, mas antes de tudo, especial no sentido de merecer reflexão e cuidado, algo que não poderia ser mencionado de maneira desatenta. A evidência disso é que, em seus textos, em alguns casos específicos, a palavra povo aparece sinalizada entre aspas ou trazida em *itálico* e, em outros casos, isso não ocorre. Em nenhum dos textos reunidos na antologia o autor declarou qualquer justificativa para os destaques – ou para a ausência deles – atribuídos ao termo povo, assim como não lhe deu uma definição prévia. Seja como for, pelo conjunto da obra analisada, podemos inferir que sua disposição não era a de sumarizar a noção de povo, mas, justamente, colocá-la em debate ante os estudos de folclore.

Podemos observar que os destaques empregados por Florestan Fernandes ao termo povo apareceram desde os anos iniciais de seus escritos, a partir da década de 1940, e seguiram até os momentos finais do período em que esteve comprometido com o debate sobre os estudos de folclore, no início da década de 1960. Nos artigos “A burguesia, o ‘progresso’ e o Folclore” e “Mentalidades grupais e folclore” (ambos de 1944), “Sobre o folclore” e “Entre o romance e o

Folclore” (de 1945) e mesmo nos que escreveu anos depois, como “Educação e folclore”, publicado em 1960, cujo elemento caracterizador é a crítica à concepção evolucionista (e romântica) inspiradora dos estudos de folclore, as palavras povo e cultura popular aparecem “aspeadas” ou em itálico ao longo de todas as páginas dos artigos, assim como noções correlatas a esses termos, como “cultura dos incultos”, “saber popular”, “sobrevivências” e “meios populares”. Do mesmo modo, nos artigos publicados entre 1956 e 1957, a exemplo de “Os estudos folclóricos em São Paulo”, o termo “cultura popular” aparece aspeado.

A partir de um exame atento sobre os textos escritos pelo sociólogo paulista, é possível constatar que esse uso de recursos tipográficos aplicados ao termo povo e seus correlatos não se dava de modo aleatório. O uso de aspas e de grifos itálicos, tal como empregado pelo autor, evidencia, na sua obra, uma espécie de crítica latente – um indicativo de sinal de atenção – ao modo como os folcloristas em geral, mantenedores dessa ideia no campo do folclore, utilizavam o termo de modo acrítico e a partir de pressupostos evolucionistas. Decorre disso que a conotação “povo”, assim aspeada ou grafada em itálico, corresponde, na obra de Florestan Fernandes, àquela visão contundentemente criticada por ele. De outro lado, no entanto, o mesmo termo povo, apresentado sem aspas ou destaque em itálico, aparece como conotativo de coletividade ou sociedade. Nesse caso, podemos inferir que, possivelmente, para o autor o termo acionado nessa outra conotação não merecesse ressalvas ou relativização. O termo empregado sem insígnias, portanto, corresponderia à própria concepção à qual Florestan Fernandes se apegava e entendia como oportuna para se pensar e estudar o folclore.

Dissemos que a concepção de povo, enquanto negação àquela que apostava nas “sobrevivências”, condenando certa parcela da sociedade à inércia, marcou o posicionamento de Florestan Fernandes desde os anos iniciais de sua carreira e o acompanhou pelos anos seguintes. A gênese dessa concepção do autor se deve, de modo significativo, ao diálogo reflexivo que empreendeu com alguns dos considerados expoentes do folclore brasileiro, especialmente Silvio Romero (1851-1914), Amadeu Amaral (1875-1929) e Mário de Andrade (1893-1945). Entre 1945 e 1948, Florestan Fernandes mergulhou nas obras desses autores, destacando delas argumentos com os quais se afinava e buscava sustentar sua visão sobre o folclore e, conseqüentemente, o modo como compreendia a noção de povo e seus correlatos.

Em dois textos escritos sobre Mário de Andrade, publicados em fevereiro de 1946 em periódicos paulistanos, muito claramente em decorrência do aniversário de morte do autor – ocorrida em fevereiro de 1945 –, Florestan Fernandes simpatizava com as ideias daquele “poeta,

contista, romancista, crítico e ensaísta” (Fernandes, 1978, p. 150) marcado pelo folclore, exatamente porque “em Mário de Andrade a distância entre a arte popular e a arte erudita diminui consideravelmente, atingindo em algumas produções excepcionais um grau de interpenetração e de equilíbrio notáveis” (Fernandes, 1978, p. 151). Em relação a esse autor, foi a noção de (caráter) nacional, equivalente à cultura de um povo, que despertou positivamente a atenção de Fernandes: “Nacional aqui significa expressividade, existência de um padrão característico e próprio de cultura” (Fernandes, 1978, p. 151). Na relação, sempre em movimento, entre o erudito e o popular, Mário de Andrade buscava no folclore os sentidos que constituem a vida coletiva e isso despertava o interesse de Florestan Fernandes. Escrevia:

tal como Mário de Andrade situa o problema: a arte erudita deve realizar-se na e através da arte popular – e a antítese, no caso a arte popular, cede o lugar a uma terceira forma de arte que, do ponto de vista da fatura, chama-se ainda arte erudita, mas que é uma coisa nova, mais essencial e mais expressiva (Fernandes, 1978, p. 154).

Por outro lado, o que configurava ponto elogiável na obra de Mário de Andrade, aos olhos de Fernandes – isto é, a arte erudita e a arte popular defrontando-se “numa relação dialética” (Fernandes, 1978, p. 154) –, era ponto de crítica na obra do pioneiro Silvio Romero. Em artigo escrito no ano anterior à publicação daqueles textos dedicados a Mário de Andrade, isto é, em 1945, não obstante o reconhecimento à importância do trabalho de Romero, admitida por Florestan Fernandes (1978) como “a primeira grande contribuição para o estudo do folclore brasileiro” (p. 181), o autor se ressentia com o fato de Romero ter se satisfeito “com o estudo em separado das duas manifestações culturais do povo brasileiro: de um lado, a cultura escrita e erudita; de outro lado, a cultura oral e popular” (p. 179), nos condenando, nos dizeres de Fernandes, a “uma imagem dupla da cultura brasileira” (p. 179). Em sua visão, a preocupação de Romero “pela ‘cultura brasileira’ e todos os seus esforços para descobrir o processo de sua formação e desenvolvimento (...) se não constituem um fracasso, permanece[ram] como um trabalho incompleto” (p. 179). Ou seja, na percepção arguta do nosso autor, Silvio Romero não havia conseguido transcender a ideia de folclore para além das camadas populares da sociedade, reforçando, pois, o pressuposto da incomunicabilidade de grupos sociais e, o que é pior, o confinamento de alguns ao atraso ante o progresso. De outro modo, em Mário de Andrade, os contatos iniciais com a arte popular, com o folclórico, perdem o caráter do que Fernandes (1978, p. 155) denominou de “um compromisso estreito com a tradição”, propiciando, pois, uma espécie de “libertação do tradicional”. Como modo de aprofundar a discussão, Florestan Fernandes se volta a analisar Macunaíma, entendido por ele como um “romance folclórico”,

correspondente a “uma síntese do folclore brasileiro levada a efeito na forma do romance picaresco” (Fernandes, 1978, p. 158). É romance folclórico, aliás, o “mais agradável que se poderia imaginar”, na visão do sociólogo paulista, pois nele Mário de Andrade vai compondo lentamente o seu herói e, ao mesmo tempo, um compêndio de folclore – uma verdadeira “introdução ao folclore brasileiro” – a partir do qual “pode-se estudar a contribuição folclórica do branco, do negro, do índio, a função modificadora e criadora dos mestiços e dos imigrantes (...) num corte horizontal de mestre” (Fernandes, 1978, p. 159). Atentemos às expressões “função modificadora e criadora”. Para Florestan Fernandes, parece somente fazer algum sentido pensar o folclore e, conseqüentemente, pensar a categoria povo, se for nesses termos. Ou seja, para Fernandes o estudo do folclore somente pode fazer algum sentido enquanto modo de caracterizar as experiências socioculturais de uma coletividade; povo, no sentido mais amplo, como equivalente à sociedade, onde os elementos tidos como folclóricos circulam pelas camadas dessa sociedade de modo dinâmico e inventivo.

Em 1948, em artigo que escreveu sobre Amadeu Amaral (1875-1929), Florestan Fernandes manifestava simpatia por esse autor, não obstante “confusões e incongruências lógicas”<sup>22</sup> (Fernandes, 1978, p. 119) identificadas em sua obra. Dentre os vários aspectos elogiáveis, destacava-se, na leitura de Fernandes, o modo como Amaral se posicionava em relação ao folclore nacional, recusando uma visão essencialista de nação, identificada em “certos preconceitos de especialistas (...) para os quais o folclore seria ‘a cultura do inculto’, ou em outras palavras ‘o saber das camadas populares nos países civilizados’” (Fernandes, 1978, p. 121).

Apoiado nas ideias daquele pioneiro do folclore brasileiro, Florestan Fernandes concordava que “as suposições de ordem mais geral, segundo as quais o folclore brasileiro constituiria uma entidade auto-suficiente, dotada de fisionomia própria e voltada para os filões

---

<sup>22</sup> As críticas desenvolvidas por Fernandes à obra de Amadeu Amaral consistem em: discrepância na obra desse autor entre a orientação metodológica que ele aceita e defende e a que é aplicada em seus estudos do folclore brasileiro, considerada por Fernandes como “bastante incompleta”, além de abstrair em sua investigação folclórica os fatores socioculturais, redundando em uma espécie de “limitação” nos ensaios de Amadeu Amaral sobre a poesia popular e outros ensaios. “Em geral”, escreve Florestan Fernandes, “[Amadeu Amaral] consegue apenas esclarecer as mudanças de forma e as transformações temáticas, sem conseguir ligá-las a causas sociais e culturais” (Fernandes, 1978, p. 126). Conservou-se assim, na visão de Fernandes, “preso aos cânones da explicação erudita [posto que...] tendo consciência da orientação metodológica adequada, não a seguiu cabalmente no estudo do folclore brasileiro” (Fernandes, 1978, p. 126). No entanto, arrematava: “Isso, contudo, não diminui o valor de sua contribuição pessoal para a discussão do problema. Deixou uma significativa lição aos especialistas brasileiros, insinuando a necessidade e a possibilidade de se considerar sempre os problemas especiais do folclore brasileiro de um ponto de vista geral” (Fernandes, 1978, p. 139).

mais profundos da nacionalidade, constituiriam mero palavrório” (Fernandes, 1978, p. 132). Tratava-se, pois, não de buscar uma “essência nacional”, mas de compreender como as várias “correntes étnicas que entraram em contato no Brasil [...] transformaram-no em unidade histórica” (Fernandes, 1978, p. 133). Isto é, a nação como uma realidade viva, variada, complexa e em constante transformação.

Esse posicionamento de Amadeu Amaral – de criticar a concepção do folclore como a “cultura do inculto” – ressoou simpaticamente aos posicionamentos de Florestan Fernandes, no exato sentido de que considerando o problema do ângulo da participação da cultura, Amadeu Amaral afasta ao mesmo tempo duas limitações consideradas insustentáveis por Fernandes: “a que identificava o folclore à cultura de sociedades rurais; e a que o restringia exclusivamente às camadas ‘rústicas’ das populações urbanas” (Fernandes, 1978, p. 121). Nesse sentido, o folclore não poderia ser, em absoluto, entendido como um conjunto de “produtos culturais *definitivos*” (Fernandes, 1978, p. 122, grifo do autor), tendo em vista que quem o produz, isto é, o povo – aqui sem aspas, posto que seu sentido assume uma concepção mais abrangente, equivalente à sociedade, população, ou nação, e não a um estrato da sociedade fadado ao “atraso”, ante o “progresso” – se constitui de modo dinâmico e ao sabor da história.

Em suma, a concepção de povo, lapidada por Florestan Fernandes no conjunto de textos que escreveu, voltados à temática do folclore, deve ser compreendida como equivalente a uma “coletividade”, a uma “população”, “sociedade” ou “grupo social”, não limitada à designação “popular”, proveniente daqueles pressupostos do romantismo e do evolucionismo que o sociólogo paulista tanto criticou.

Tal concepção de povo em Florestan Fernandes, forjada ao longo dos anos, nos ajuda a melhor compreender sua disposição em defender o folclore como uma disciplina humanística, tal como proposto em artigos que escreveu nos finais da década de 1950. Isto é, uma concepção desprovida do pressuposto voltado a uma estagnação ou “involução” de certos estratos sociais, e sim “o folclore como e enquanto criação intelectual do espírito humano” (Fernandes, 1978, p. 213); capacidade humana de criação, em seus aspectos estéticos e poéticos.

Em 1959, no artigo “Folclore e Ciências Sociais”, o autor considerava aquele momento o de mais clareza e convicção sobre o folclore como disciplina humanística, por entendê-lo como um conjunto de fenômenos que lança

enorme luz sobre o comportamento humano, como a natureza dos valores culturais de uma coletividade, as circunstâncias ou condições em que eles se atualizam, a importância deles na formação do horizonte cultural de seus portadores [...], a relação

deles e das situações sociais em que emergem com os sentimentos compartilhados coletivamente, [...] (Fernandes, 1978, p. 13-14).

A conveniência dos estudos de folclore enquanto disciplina humanística estaria para Fernandes, portanto, na vantagem de oportunizar compreender aspectos da vida humana, investigando as implicações artísticas, segundo padrões estéticos e filosóficos que se manifestam nas produções de cunho folclórico (Gnaccarini, 1987). Um empreendimento intelectual somente possível a partir de uma concepção de povo mais abrangente, considerando os vários setores e segmentos que o constituem. Povo assumido enquanto termo que agrega denominações diversas, porém, relacionadas entre si em um mesmo campo semântico – “coletividade”, “população”, “sociedade”, “grupo social” etc. Uma polissemia imprescindível para dar conta da complexidade do folclore enquanto realidade objetiva, nos termos elaborados pelo sociólogo paulista.

### **Considerações Finais**

Partindo do pressuposto de que a categoria povo manteve certo sentido latente nos estudos de folclore no Brasil, buscou-se, neste artigo, circunstanciar e problematizar como ela foi tomada por Florestan Fernandes a partir do conjunto de textos que publicou entre 1944 e 1962, que redundou na antologia “O folclore em questão” (1978). Buscou-se, a partir dessa fonte de análise, percorrer algumas pistas capazes de conduzir a possíveis respostas acerca de como o sociólogo paulista em questão lidou com essa categoria no debate que empreendeu no âmbito dos estudos de folclore.

Um exame atento à sua obra nos permitiu considerar que desde os anos iniciais em que esteve voltado à temática do folclore recusou certa concepção evolucionista, segundo a qual o folclore corresponderia a “sobrevivências” culturais consideradas características dos “meios populares”, identificados como “grupos atrasados”, “classes baixas” ou “gente do povo”, condenados à inércia social e histórica. Compreendia que somente o rigor metodológico, marcado por competente e comprometido trabalho de campo, poderia dar conta de apreender a complexidade do folclore como um aspecto da vida social e, com isso, impedir “juízos de valor” cultivados por certos folcloristas. A análise de situações concretas poderia, então, na visão do autor, oferecer uma concepção mais apropriada acerca do elemento folclórico e, conseqüentemente, da noção de povo.



Nesse sentido, e em contraposição àquela concepção de inspiração evolucionista, Fernandes desenvolveu sua concepção de povo como equivalente a uma “coletividade”, a uma “população”, “sociedade” ou “grupo social”, em que os elementos tidos como folclóricos circulariam de modo dinâmico e inventivo, estando em constante transformação, visto corresponderem a experiências provenientes do meio social que os produz. Tal concepção, lapidada pelo autor ao longo dos anos, nos permite melhor compreender sua disposição em defender o folclore como uma disciplina humanística, isto é, uma concepção desprovida do pressuposto voltado a uma estagnação ou “involução” de certos estratos sociais, e sim o folclore enquanto capacidade humana de criação, em seus aspectos estéticos e poéticos.

### Referências

- ALMEIDA, Renato. **Vivência e projeção do folclore**. Rio de Janeiro: Agir, 1971.
- ALMEIDA, Renato. **Inteligência do folclore**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
- BANDEIRA, Rebeca Carolina da Silva. **Florestan Fernandes e o folclore**: um estudo sobre as suas primeiras elaborações (1941-1962). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- CARNEIRO, Edison. A sociologia e as “ambições” do folclore. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 23, p. 132-145, maio/jun. 1959.
- CARNEIRO, Edison. **A sociologia e as ambições do folclore**. Comunicação feita à CNFL. Documentos da CNFL – IBECC, nº. 429, 1959.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o folclore e a cultura popular**. 28 jan. 2020. Disponível em: <https://marialauracavalcanti.com.br/2020/01/28/entendendo-o-folclore/>. Acesso em: 23 maio 2025.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 3., n. 5, p. 75-92, 1990.
- COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. 1951. I Congresso Brasileiro de Folclore, Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/CartadoFolcloreBrasileiro1951.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. **O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba**: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960 a 1978). 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FERNANDES, Florestan. As trocinhas do Bom Retiro. **Pro-posições**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 229-250, 2004.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 143-167, 2001.
- GNACCARINI, José Cesar. Folclore e consciência nacional: a visão crítica de Florestan Fernandes. **Revista USP**, São Paulo, n. 5, p. 67-77, jun. 1987.
- MAZZA, Débora. **A leitura sociológica do folclore paulistano**: a contribuição de Florestan Fernandes, 2015. 15 p. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/08/F-Fernandes-Sobre-Folclore-D-Mazza.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- MELO, Veríssimo de. **Adivinhas**. Natal: Biblioteca da Sociedade Brasileira de Folk-lore, 1948.

PENTEADO JR., Wilson Rogério. Diálogos possíveis em campos intercambiáveis: Florestan Fernandes e os estudos de folclore no Brasil. **Estudos de Sociologia**. Recife, v. 2, n. 26, p. 61-85, 2020.

RAMOS, Tiago Roberto. **Folkcomunicação, ciências sociais e estudos folclóricos**: entrelaçamentos e embates. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. **Negros e africanos em Minas Gerais**: construções e narrativas folclóricas. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, Mônica Martins. **A escrita do folclore em Goiás**: uma história de intelectuais e instituições (1940-1980). 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

XIDIEH, Oswaldo Elias. O folclore em questão. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante** (ensaios sobre Florestan Fernandes). Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p. 85-96.

Recebido em: 4/8/2025

Aceito em: 14/10/2025